

C.I.I.B – Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2016 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Administradores da
C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Bases para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Bases para opinião com ressalvas

- a) Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade apresenta em seu balanço patrimonial o montante de R\$6.375 mil relativo a impostos diferidos ativos. Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a realização deste ativo, e, portanto, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de eventual reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável do referido saldo em 31 de dezembro de 2016.
- b) Em 31 de dezembro de 2016, o resultado do exercício está subavaliado em R\$6.715 mil em decorrência de despesas relativas a salários, encargos e outras provisões sociais de competência do exercício de 2015, as quais foram registradas no exercício de 2016.
- c) Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade recebeu autuação fiscal referente à compensação indevida de créditos de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS no ano-calendário 2012, no montante de R\$3.061 mil. Considerando que a Sociedade não realizou o registro contábil da referida provisão, o passivo circulante está subavaliado em R\$3.061 mil, e o patrimônio líquido e o resultado do exercício estão superavaliados no mesmo montante.
- d) Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de depósitos judiciais da Sociedade encontra-se subavaliado em R\$311 mil por conta do efeito líquido referente à falta de atualização monetária e a valores sem suporte documental, e o saldo da provisão para contingências trabalhistas nessa data encontra-se subavaliado em R\$448 mil em decorrência da falta de atualização monetária. Dessa forma, o patrimônio líquido e o resultado do exercício findo nessa data encontram-se superavaliados em R\$137 mil e R\$988 mil, respectivamente.
- e) Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade efetuou a contabilização de saldo de faturas a emitir líquidas da provisão para determinados tributos federais, no montante de R\$3.723 mil. Conseqüentemente, nessa data, o ativo e o passivo circulantes encontram-se subavaliados naquele montante.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

- f) Durante a execução de nossos procedimentos de auditoria, identificamos divergências nos cálculos referentes à provisão de férias e encargos correspondentes. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante encontra-se subavaliado em R\$311 mil, e o patrimônio líquido e o resultado do exercício findo nessa data estão superavaliados no mesmo montante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.14, as demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas de forma retrospectiva nesta data, como previsto nos pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade apresentou geração negativa de caixa operacional, no montante de R\$14.589 mil (R\$29.897 mil em 31 de dezembro de 2015), além de ter apresentado prejuízo de R\$15.370 mil (R\$2.324 mil em 31 de dezembro de 2015). Essas condições, juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade das atividades da Sociedade, assumindo que o cotista controlador continuará a fornecer os recursos financeiros necessários. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 16 de março de 2018

DELOITTE BRASIL
Auditores Independentes Ltda.



Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

C.I.I.B - CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>01/01/2015</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>01/01/2015</u>
			Reapresentado	Reapresentado				Reapresentado	Reapresentado
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.696	4.691	19.379	Fornecedores	10	4.183	8.607	4.585
Contas a receber de clientes	5	24.919	48.457	11.930	Empréstimos	11	-	-	18.772
Adiantamentos a fornecedores		1.522	5.775	3.539	Arrendamentos mercantis	12	392	449	313
Impostos a recuperar	6	2.054	10.132	5.870	Salários e encargos sociais	13	6.721	2.524	8.505
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	6.375	-	-	Obrigações fiscais	14	813	4.836	2.162
Partes relacionadas	7	174	174	-	Adiantamentos de clientes	15	12.015	48.152	27.988
Outros ativos		292	2.676	79	Partes relacionadas	7	1.017	519	7.287
Total do ativo circulante		<u>37.031</u>	<u>71.905</u>	<u>40.797</u>	Provisões diversas	16	7.450	1.989	-
					Outras contas a pagar		199	-	68
NÃO CIRCULANTE					Total do passivo circulante		<u>32.789</u>	<u>67.076</u>	<u>69.680</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	-	2.603	2.603	NÃO CIRCULANTE				
Impostos a recuperar	6	5.427	205	903	Obrigações fiscais	14	5.039	-	-
Depósitos judiciais		5.072	4.385	3.660	Partes relacionadas	16	-	-	1.379
Imobilizado e intangível	9	3.777	4.456	5.866	Arrendamentos mercantis	12	146	663	1.222
Total do ativo não circulante		<u>14.277</u>	<u>11.649</u>	<u>13.032</u>	Provisões diversas	16	470	-	-
					Provisão para riscos trabalhistas e outros	17	9.360	9.936	8.345
					Total do passivo não circulante		<u>15.016</u>	<u>10.599</u>	<u>10.946</u>
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)	18			
					Capital social		128.515	115.515	80.515
					Reserva de Capital		112	112	112
					Prejuízos acumulados		(109.753)	(107.424)	(78.105)
					Prejuízos do Exercício		(15.370)	(2.324)	(29.319)
					Total do patrimônio líquido		<u>3.504</u>	<u>5.879</u>	<u>(26.797)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>51.309</u>	<u>83.554</u>	<u>53.829</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>51.309</u>	<u>83.554</u>	<u>53.829</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C.I.I.B – CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA LÍQUIDA	20	86.071	102.245
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	21	(76.478)	(73.666)
LUCRO BRUTO		<u>9.593</u>	<u>28.579</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	21	(26.937)	(29.397)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	(612)	2.163
		<u>(27.549)</u>	<u>(27.234)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(17.955)</u>	<u>1.345</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	22	129	395
Despesas financeiras	22	(1.315)	(4.064)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(1.186)</u>	<u>(3.669)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(19.141)</u>	<u>(2.324)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS		<u>3.772</u>	-
		<u>3.772</u>	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(15.370)</u>	<u>(2.324)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C.I.I.B – CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(15.370)</u>	<u>(2.324)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(15.370)</u>	<u>(2.324)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C.I.I.B – CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva Capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	18	<u>80.515</u>	<u>112</u>	<u>(107.424)</u>	<u>(26.797)</u>
Aumento de capital		35.000	-	-	35.000
Reserva de capital		-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(2.324)	(2.324)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	18	<u>115.515</u>	<u>112</u>	<u>(109.748)</u>	<u>5.874</u>
Aumento de capital		13.000	-	-	13.000
Reserva de capital		-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(15.370)	(15.370)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	18	<u>128.515</u>	<u>112</u>	<u>(125.119)</u>	<u>3.504</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C.I.I.B - CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo líquido do exercício		(15.370)	(2.324)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9	1.566	2.326
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(3.772)	-
Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários e trabalhistas	17	(576)	1.591
Resultado na venda de imobilizado		(511)	101
Provisão de férias	13	2.947	-
Provisões diversas	16	5.931	(8.868)
Plano de opção de ações		413	-
Juros sobre empréstimos, leasing e outros		824	2.165
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		21.201	(36.435)
Adiantamento a fornecedores		4.252	(2.236)
Impostos a recuperar		2.337	(3.564)
Depósitos judiciais		(687)	(725)
Outros ativos		2.385	(2.687)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(2.086)	3.206
Salários e encargos sociais		1.769	(1.886)
Obrigações fiscais		1.017	2.674
Adiantamentos de clientes		(36.137)	20.163
Partes relacionadas		498	(748)
Outras contas a pagar		192	(68)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(13.806)	(27.315)
Juros pagos sobre empréstimos, arrendamento mercantil <i>leasing</i> e outros		(782)	(2.582)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(14.589)</u>	<u>(29.897)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de bens do imobilizado e itens do intangível	9	(1.309)	(1.013)
Recebimento pela venda de imobilizado		319	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(990)</u>	<u>(1.013)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital		13.000	35.000
Empréstimos e leasings financeiros		7.100	15.130
Amortização do principal de empréstimos		(7.000)	(33.411)
Amortização do principal de arrendamento mercantil		(516)	(497)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>12.584</u>	<u>16.222</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(2.995)</u>	<u>(14.688)</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.691	19.379
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.696	4.691
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(2.995)</u>	<u>(14.688)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C.I.I.B – CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda. ("Sociedade") é subsidiária integral da Vinci Energies International, com sede na França, especialista mundial em projetos, instalação e manutenção de sistemas e subsistemas para a indústria, infraestrutura e telecomunicações, bem como sistemas aplicados a edificações. Em 31 de dezembro 2015, a Sociedade tinha sua sede na Avenida Engenheiro Eusébio Stevaux, 1.444, São Paulo - SP - Brasil.

Em 27 de novembro de 2015, conforme deliberado pelos cotistas, a Sociedade anteriormente denominada Cegelec Ltda., teve sua denominação social alterada para C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda.

Tem como principais atividades no Brasil, na área de contratos, o estudo, o projeto e a execução de obras de engenharia em geral, automação e sistemas de controle, automação predial, comunicação e dados de voz, montagem industrial, sistemas elétricos, climatização e contratos no sistema *turnkey*. Na área de serviços, manutenção industrial, predial e infraestrutura, gerenciamento de utilidades e facilidades, paradas industriais, *revamping*, serviços elétricos e mecânicos em máquinas rotativas e alternativas e transferência de plantas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade apresentou geração negativa de caixa operacional, no montante de R\$15.195 (R\$29.149 em 31 de dezembro de 2015), além de ter apresentado insuficiência de capital circulante de R\$5.601. A Administração, com base em seus planos de negócios e considerando o contínuo suporte financeiro de seus cotistas controladores, não prevê problema quanto à liquidação das dívidas de curto prazo. Os principais aspectos abordados durante 2016 e a serem incrementados nos próximos anos, em relação à melhoria dos resultados operacionais, estão descritos a seguir:

- Descontinuidade total dos contratos deficitários ligados à atividade de manutenção.
- Descontinuidade da divisão *Energies*, relacionadas a contratos, responsável por grandes construções e que absorveu grandes perdas nas construções de quatro estádios de futebol para o evento da Copa do Mundo FIFA no Brasil.
- Desenvolvimento comercial relacionadas a serviços com foco nas atividades de instalação elétrica e automação, incluindo a contratação de especialistas.
- Aumento do rigor aplicado pelo comitê de aprovação de novos negócios no Brasil, permitindo apenas novas propostas com margens positivas, após alocação total dos custos envolvidos.
- Redimensionamento da Sociedade, reduzindo as despesas com pessoal e custos fixos durante o exercício de 2016.
- Capitalização da Sociedade com a finalidade de equilibrar os indicadores financeiros e fazer frente às necessidades de caixa e eventualmente existentes durante o período de implementação dos aspectos acima descritos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no pressuposto de continuidade normal das operações da Sociedade, assumindo que o cotista controlador continuará a fornecer os recursos financeiros necessários para fazer frente às necessidades de suas operações.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo na data do balanço. Vide nota explicativa nº 2.2.

2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

As receitas e os custos dos contratos são apurados conforme segue:

- As receitas da área de contratos são calculadas e contabilizadas com base na aplicação, sobre o preço de venda atualizado, do percentual representado pela relação entre os custos incorridos e os custos totais orçados atualizados, ajustado, quando aplicável, por provisão para reconhecer perdas na execução dos serviços.
- A receita da área de serviço é apropriada ao resultado observando o regime de competência, o faturamento efetivo e/ou a medição dos serviços mensais.
- Os custos são contabilizados quando incorridos.
- As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado observando o regime de competência.

2.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos (concedidos) e recebíveis; (iv) passivos financeiros não mensurados ao valor justo; e (v) disponível para venda.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Essas aplicações financeiras são apresentadas como equivalentes de caixa e correspondem aos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos até a data do balanço.

2.4. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber representam os serviços prestados até a data do balanço e estão apresentadas líquidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.5. Imobilizado e intangível

Registrados ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos na data do balanço e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os ativos intangíveis, que se referem a direitos de uso de software, são registrados pelo custo de aquisição e amortizados durante o prazo da licença.

2.6. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016, não foram apuradas perdas a serem contabilizadas.

2.7. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.8. Tributação

Impostos correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou as exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados nos ativos circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos

O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, considerando que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que se espera ser aplicável ao exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) promulgadas até a data do balanço.

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os itens monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Em 2016, tais efeitos foram considerados não relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Avaliação de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações.
- Avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente.
- Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Créditos reconhecidos na proporção dos custos acumulados incorridos sobre os contratos em andamento.
- Análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Os resultados reais podem apresentar variações em relação a tais estimativas. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

2.11. Arrendamentos mercantis

Os contratos de arrendamentos nos quais a Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

2.12. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Sociedade incluem, em adição à remuneração fixa (salários, contribuições à seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício com base no regime de competência, à medida que são incorridos.

2.13. Benefícios a empregados - plano de poupança com ações gratuitas oferecidas pelo Grupo Vinci

O Grupo Vinci oferece aos empregados e administradores um plano de remuneração com base em ações do Grupo, liquidados quando a Sociedade recebe os serviços como contraprestações desse benefício. O valor justo das ações concedidas é reconhecido como **despesa** durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente. Vide nota explicativa nº 19.

2.14. Reapresentação das Demonstrações Financeiras

No decorrer de 2016, a Sociedade realizou melhorias em seus controles internos e, em virtude disto, os saldos de 31 de dezembro de 2015 e de 01 de janeiro de 2015 estão reapresentados como previsto nos pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

As reclassificações e ajustes retrospectivos nas demonstrações financeiras são apresentados conforme abaixo:

Balanco patrimonial	31/12/2015		31/12/2015		01/01/2015	
	Anterior	Ajustes	Atual	Anterior	Ajustes	Atual
Ativo circulante	75.413	(3.508)	71.905	44.573	(3.776)	40.797
Ativo não circulante	11.649	-	11.649	13.032	-	13.032
Total do ativo	<u>87.062</u>	<u>(3.508)</u>	<u>83.554</u>	<u>57.605</u>	<u>(3.776)</u>	<u>53.829</u>
Passivo circulante	69.953	(2.877)	67.076	73.456	(3.776)	69.680
Passivo não circulante	11.230	(631)	10.599	10.946	-	10.946
Patrimônio Líquido	5.879	-	5.879	(26.797)	-	(26.797)
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>87.062</u>	<u>(3.508)</u>	<u>83.554</u>	<u>57.605</u>	<u>(3.776)</u>	<u>53.829</u>

Os ajustes e reclassificações realizados são, principalmente, em virtude dos seguintes pontos:

- Reclassificação dos montantes apresentados na rubrica de Receitas Diferidas para a rubrica de Contas a receber, conforme normas contábeis apresentadas no CPC 17 (R1) – Contratos de Construção.
- Reclassificação das transações com partes relacionadas anteriormente apresentadas a título de Fornecedores, para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

3. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS E AINDA NÃO ADOTADAS

(i) Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

No exercício corrente, a Sociedade aplicou diversas emendas e novas interpretações aos CPCs emitidos pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2015.

- Alterações a IAS 19 - Planos de benefícios definidos: contribuições dos empregados.

A aplicação dessas alterações não teve nenhum impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

- Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2010-2012 e ciclo de IFRSs 2011-2013

As alterações às IFRSs trazem melhorias relacionadas a divulgações e registros relativos aos ciclos de IFRSs apresentados.

A aplicação dessas alterações não teve nenhum impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

(ii) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Sociedade não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.
- IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes. A Sociedade está avaliando os possíveis impactos desta alteração à norma.
- IFRS 16 – Arrendamentos.
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) - Acordo contratual conjunto.
- Modificações às IAS 1/CPC 26 (R1) - Iniciativa de Divulgação.
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Modificações à IFRS 10 / CPC 36 e IAS 28 / CPC 18 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
- Modificações à IFRS 10 / CPC 36 / IFRS 12 / CPC 45 e IAS 28 / CPC 18 - Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação.
- Modificações as IFRSs - Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014.

A Sociedade estima que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas não terá efeito relevante sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da sua efetiva adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Caixa e bancos	546	4.691
Aplicações financeiras	<u>1.150</u>	-
	<u>1.696</u>	<u>4.691</u>

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins, visto que a Sociedade considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário - CDB no Banco BNP, cujo rendimento médio é de 98% do CDI ao ano e possui insignificante risco de perda quando à sua realização.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
		Reapresentado
Duplicatas a receber	13.502	5.020
Faturas a emitir – obras em execução (*)	<u>11.420</u>	<u>43.440</u>
	24.922	48.460
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>
	<u>24.919</u>	<u>48.457</u>

(*) As faturas a emitir representam os saldos correspondentes ao registro contábil de reconhecimento de receita com base nos custos incorridos dos contratos de prestações de serviços, os quais ainda não foram faturados.

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Créditos a vencer	13.351	791
Créditos em atraso:		
Até 30 dias	-	3.796
De 31 a 60 dias	97	-
De 61 a 90 dias	2	-
De 91 a 180 dias	-	-
Há mais de 180 dias	<u>52</u>	<u>433</u>
	<u>13.502</u>	<u>5.020</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Saldo no início do exercício	(3)	(923)
Adições	-	-
Baixas	-	920
Saldo no fim do exercício	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	5.427	5.564
PIS e COFINS a recuperar	-	1.062
ICMS a recuperar	1.680	2.755
Outros tributos	374	956
	<u>7.481</u>	<u>10.337</u>
Circulante	<u>2.054</u>	<u>10.132</u>
Não circulante	<u>5.427</u>	<u>205</u>

7. PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
		Reapresentado
Ativo circulante:		
Sotécnica - Sociedade Electrotécnica S.A.	174	174
	<u>174</u>	<u>174</u>
Passivo circulante:		
Garczynki	-	467
Actemium Process Automotive	113	-
Vinci Energies Systemes D'Information	247	52
Vinci Energies Management	527	-
Vinci Energies	130	-
	<u>1.017</u>	<u>519</u>
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
		Reapresentado
Receitas (despesas):		
Sotécnica – Sociedade Electrotécnica S.A.	76	174
Seit Hydr'eau	(68)	-
Garczynki	-	(467)
Actemium Process Automotive	(347)	-
Vinci Energies Management	(251)	-
Vinci Energies Systemes D'Information	(247)	(52)
	<u>(837)</u>	<u>(345)</u>

Todas as operações descritas nesta nota explicativa foram realizadas com empresas coligadas à Sociedade. Além disso, tais transações foram praticadas em condições acordadas entre as partes.

Remuneração dos administradores

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Sociedade, reconhecidas no exercício de 2016, totalizaram R\$506 (R\$1.608 em 31 de dezembro 2015).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos estão apresentados de forma líquida e são compostos por ativo fiscal diferido que monta em R\$6.375 (R\$2.603 em 2015). Além de prejuízos fiscais não compensados, o saldo diferido é composto pelas principais diferenças temporárias a seguir descritas: provisões trabalhistas, provisão para contratos onerosos, e demais provisões registradas contabilmente.

b) Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Lucro (prejuízo) contábil antes dos impostos sobre o lucro	(19.141)	(2.324)
Alíquota fiscal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social e taxa nominal	<u>6.509</u>	<u>790</u>
Crédito tributário não constituído	<u>6.375</u>	<u>2.603</u>
Despesa efetiva	-	-

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Vida útil (Em anos)	Softwares		Instalações e edificações		Móveis e utensílios		Máquinas e equipamentos		Veículos		Equipamentos de informática		Ativos em curso		Total do ativo				
	5	10	10	10	10	10	10	10	5	5	5	5	213	88	(82)	(219)	(1.593)	13.967	
Custos																			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.188	557	673	3.821	5.748	2.051	213	14.251											
Adições	231	91	22	97	740	40	88	1.309											
Ativações	77	-	-	5	-	-	(82)	-											
Baixas	-	(10)	(90)	(128)	(1.046)	(100)	(219)	(1.593)											
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.496	638	605	3.795	5.442	1.991	-	13.967											
Depreciação																			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(1.125)	(62)	(427)	(2.778)	(3.697)	(1.706)	-	(9.795)											
Adições	(97)	(95)	(95)	(345)	(797)	(137)	-	(1.566)											
Baixas	-	10	76	95	892	98	-	1.171											
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(1.222)	(167)	(446)	(3.028)	(3.602)	(1.745)	-	(10.210)											
Valor residual:																			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	274	491	159	767	1.840	246	-	3.777											
Saldos em 31 de dezembro de 2015	63	495	246	1.043	2.051	345	213	4.456											

A Sociedade adotou, em 1º de janeiro de 2011, a política de depreciação utilizada pelo Grupo Vinci, por entender que esta está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e reflete o prazo de vida útil estimada para os ativos imobilizados da Sociedade.

Do total de ativos imobilizados apontados no quadro acima, R\$1.987 se referem a veículos adquiridos através de *leasings* financeiros, os quais se encontram vigentes em 31 de dezembro de 2016.

10. FORNECEDORES

Refere-se a saldos de serviços contratados e compras de materiais, relacionadas a projetos em andamento.

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u> Reapresentado
Fornecedores	<u>4.183</u>	<u>8.607</u>
	<u>4.183</u>	<u>8.607</u>

11. EMPRÉSTIMOS

Os financiamentos e empréstimos foram totalmente liquidados ao longo do exercício de 2016, conforme movimentação a seguir:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Saldo no início do exercício	-	18.772
Captações	7.000	15.130
Juros incorridos	624	1.904
Pagamento do principal	(7.000)	(33.411)
Pagamento dos juros	<u>(624)</u>	<u>(2.395)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

12. ARRENDAMENTOS MERCANTIS

Está representado pelo saldo devedor remanescente decorrente dos contratos de arrendamentos mercantis a pagar, pela aquisição de veículos e equipamentos, firmados com a opção de compra, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Veículos (a)	430	646
Equipamentos (b)	<u>108</u>	<u>466</u>
	<u>538</u>	<u>1.112</u>
Circulante	<u>392</u>	<u>449</u>
Não circulante	<u>146</u>	<u>663</u>

A movimentação dos arrendamentos mercantis a pagar é como segue:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Saldo no início do exercício	1.112	1.535
Novos contratos	100	261
Pagamento de principal	(516)	(497)
Pagamento de juros	<u>(158)</u>	<u>(187)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>538</u>	<u>1.112</u>

(a) Recursos obtidos com o Banco Itaú – Unibanco S.A. a taxas prefixadas que variam entre 1,17% e 1,82% ao mês, com vencimento em fevereiro de 2019.

(b) Recursos obtidos com o Banco Itaú-Unibanco S.A. a taxas prefixadas que variam entre 1,25% e 1,28% ao mês com vencimento em junho de 2018.

Os financiamentos têm como garantia a alienação fiduciária em favor do agente financeiro.

O cronograma do pagamento das parcelas está demonstrado conforme abaixo:

Até 31 de dezembro de 2017	392
Até 31 de dezembro de 2018	142
Até 31 de dezembro de 2019	<u>4</u>
Total	<u>538</u>

13. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Provisão de férias	2.947	-
Salários	1.279	954
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1.998	842
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	474
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	427	254
Outros	<u>70</u>	<u>-</u>
	<u>6.721</u>	<u>2.524</u>

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.000	3.173
Imposto sobre Serviços - ISS	720	845
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	524
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	118	163
Outros tributos a recolher	<u>14</u>	<u>131</u>
	<u>5.852</u>	<u>4.836</u>
Circulante	<u>813</u>	<u>4.836</u>
Não circulante	<u>5.039</u>	<u>-</u>

15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os adiantamentos de clientes referem-se a recebimentos antecipados utilizados pela Sociedade substancialmente para importação de materiais elétricos e mecânicos utilizados em projetos. Em 31 de dezembro de 2016, os saldos referem-se substancialmente ao projeto na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Os montantes podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Circulante	<u>12.015</u>	<u>48.152</u>
	<u>12.015</u>	<u>48.152</u>

16. PROVISÕES DIVERSAS

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Provisão para rescisões contratuais - FGTS (a)	3.628	-
Provisão para perdas contratuais (b)	3.407	1.824
Provisão para aviso prévio (c)	732	-
Outras provisões	<u>153</u>	<u>165</u>
	<u>7.920</u>	<u>1.989</u>
Circulante	<u>7.450</u>	<u>1.989</u>
Não circulante	<u>470</u>	<u>-</u>

- (a) Provisão para indenizações sobre rescisões correspondentes a multas rescisórias de 50% sobre os depósitos de FGTS, constituída durante a execução dos contratos de longo prazo e de manutenção, para os empregados contratados especificamente para esses contratos.
- (b) Provisão para perdas contratuais reconhecida no momento em que estas são identificadas. A Administração da Sociedade entende não ser necessária a formação de provisão para perdas para o período de tempo total dos contratos de longo prazo, na prestação de serviços de manutenção, uma vez que tais contratos são subdivididos em períodos trimestrais, o que torna seu controle mais efetivo e permite reação a possíveis perdas em um menor espaço de tempo.
- (c) Provisão de aviso prévio demissional referente à obrigação de três dias de trabalho a mais por ano, sendo o valor ajustado mensalmente com base nas remunerações.

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E OUTROS

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, de aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Sociedade, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso, conforme a seguir:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Trabalhista	9.360	9.936

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas é como segue:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Saldo no início do exercício	9.936	8.345
Adições	1.381	4.865
Baixas	<u>(1.957)</u>	<u>(3.274)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>9.360</u>	<u>9.936</u>

Além das demandas na esfera trabalhista, a Sociedade é parte em outras ações judiciais e processos administrativos, avaliados no montante de R\$198.435 em 31 de dezembro de 2016 (R\$189.957 em 31 de dezembro 2015), cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pelos seus assessores jurídicos, não sendo, por essa razão, provisionado nas demonstrações financeiras.

Do referido montante, cerca de R\$177.544 referem-se à ação judicial movida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com relação a inadimplemento contratual, em que a Sociedade é parte com outras duas empresas de renome internacional. A Sociedade seria a responsável pela montagem dos equipamentos desse contrato, com participação de 15% do total contratado. Esse processo movido pela ECT foi avaliado com possibilidade de perda possível pelos assessores jurídicos da Sociedade.

Os demais R\$20.891 se referem a outros processos de natureza cível (R\$14.547), montante atrelado à reabertura de processo para investigação de sobrepreço em um contrato firmado por um consórcio no qual a extinta Cegelec, sucedida pela Sociedade, participou em 2007. Ademais, a Sociedade é parte em processos oriundos de demandas tributárias (R\$5.738), os quais estão ligados, principalmente, à cobrança do ISSQN reclamado pelas prefeituras municipais de São Bernardo do Campo/SP (R\$1.757) e São Vicente/SP (R\$1.167). Além disso, a Sociedade é parte em processos de origem previdenciária (R\$606), vinculados, em sua maior parte, a processos ligados ao INSS (R\$250) e ao descumprimento da lei de Profissionais Com Deficiência (PCD), causa estimada em R\$207.

18. CAPITAL SOCIAL

- a) Em 31 de dezembro de 2016, o capital social está dividido em 128.514.682 cotas, no valor de R\$1,00 cada uma, distribuídas da seguinte forma:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Vinci Energies do Brasil Engenharia e Participações	128.514.681	115.514.681
Dominique Ferreira	<u>1</u>	<u>1</u>
Total	<u>128.514.682</u>	<u>115.514.682</u>

Em 31 de outubro de 2016, houve a alteração da composição acionária e aumento de capital de R\$13.000 mediante a criação de 13.000.000 de quotas subscritas pela Vinci Energies do Brasil Engenharia e Participações Ltda.

- b) Destinação do resultado

O contrato da Sociedade prevê que os cotistas terão direito a um dividendo mínimo equivalente a 25% do lucro líquido ajustado e a Sociedade poderá levantar semestralmente, ou em períodos menores, balanços intercalares, para qualquer finalidade, inclusive verificação de resultados e, com base nestes, distribuir lucros ou bonificações.

19. PLANO DE POUPANÇA - AÇÕES GRATUITAS OUTORGADAS PELO GRUPO VINCI

O plano de poupança internacional Castor tem como objetivo reter e incentivar seus colaboradores, buscando o alinhamento dos interesses destes com os interesses dos cotistas e da Sociedade. São elegíveis para participar do plano todos os funcionários que se beneficiam de um contrato de trabalho com o Grupo Vinci e que possuam no mínimo seis meses de trabalho em alguma empresa do Grupo. O plano de ações possui as seguintes características:

- a) O funcionário compra ações da matriz, ou seja, do Grupo Vinci, ao preço de mercado, por intermédio de um fundo comum de investimento.
- b) Em contrapartida, o funcionário recebe direitos a ações gratuitas que ficam disponíveis após três anos a partir da subscrição. O pagamento é investido em ações do Grupo Vinci, na forma de aumento de capital, colocadas em um fundo comum de investimento.

Especificações sobre as ações gratuitas

O Conselho de Administração do Grupo Vinci fixou os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de compra de ações celebrado entre o Grupo Vinci e cada beneficiário.

Após o período de carência de três anos, o funcionário terá o benefício das ações gratuitas nas seguintes hipóteses: (a) se continuar a ser funcionário do Grupo Vinci; e (b) se não tiver desbloqueado, no todo ou em parte, a sua contribuição pessoal, por meio de alguma das situações previstas de desbloqueio antecipado.

Em certos casos, mesmo se já não estiver na Sociedade, o funcionário continuará a ter o benefício das ações gratuitas: (a) na saída por motivo de aposentadoria; (b) no desligamento da Sociedade sem justa causa e desde que não provocado pelo funcionário; (c) por falecimento (sendo o benefício transferido aos herdeiros); e (d) por invalidez.

Caso o funcionário o deseje, as ações adquiridas com recursos próprios poderão ser resgatadas de forma antecipada. Nesse caso, este perderá o benefício das ações concedidas gratuitamente pelo Grupo Vinci.

Preço e ações gratuitas concedidas durante o exercício

O preço definido de subscrição foi determinado em €64,90 (valor em euros), ou seja, R\$228 (valor em reais) (taxa €/R\$: R\$3,5229 - valor em reais - em 31 de dezembro de 2016). Durante o exercício, foram adquiridas 395 ações pelos funcionários, as quais deram o direito a 555 ações gratuitas.

A Sociedade apresenta o total de R\$286 a título de provisão para o Plano Castor em 31 de dezembro de 2016.

20. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a receita líquida de vendas e serviços prestados é composta conforme a seguir:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Receita bruta de vendas e serviços	107.100	117.610
Impostos incidentes sobre vendas:		
ICMS	(4.657)	(815)
IPI	(113)	(491)
ISS	(3.081)	(3.154)
PIS	(2.350)	(1.945)
COFINS	<u>(10.828)</u>	<u>(8.960)</u>
Total deduções impostos sobre vendas	<u>(21.029)</u>	<u>(15.365)</u>
Total receita líquida de serviços	<u>86.071</u>	<u>102.245</u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Salários, ordenados e encargos sociais	(50.940)	(52.368)
Materiais para execução dos serviços	(11.873)	(23.255)
Outros custos para execução dos serviços	(20.298)	(17.284)
Aluguel de equipamentos	(507)	(485)
Aluguel de veículos e edifícios	(1.678)	(2.740)
Viagens, eventos e treinamentos	(2.738)	(3.447)
Serviços de terceiros	(5.458)	(6.018)
Provisões trabalhistas	521	(388)
Provisão para riscos e contingências	(5.931)	5.052
Provisão de férias	(2.947)	-
Depreciação e amortização	(1.566)	(2.131)
Outras receitas/despesas, líquidas	<u>(612)</u>	<u>2.163</u>
	<u>(104.027)</u>	<u>(100.900)</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(76.478)	(73.666)
Despesas gerais e administrativas	(26.937)	(29.397)
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>(612)</u>	<u>2.163</u>
	<u>(104.027)</u>	<u>(100.900)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Receitas financeiras:		
Receita sobre aplicações financeiras	-	237
Variação cambial ativa	58	136
Outras receitas financeiras	<u>71</u>	<u>22</u>
	<u>129</u>	<u>395</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos, empréstimos e arrendamentos mercantis	(1.119)	(2.165)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(118)	(386)
Variação cambial passiva	(52)	(449)
Outras despesas financeiras	<u>(26)</u>	<u>(1.064)</u>
	<u>(1.315)</u>	<u>(4.064)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.186)</u>	<u>(3.669)</u>

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é aprovada pelos cotistas, sendo subsequentemente analisada de forma periódica quanto à exposição ao risco que a Administração pretende proteger. A Sociedade não realiza aplicações de caráter especulativo, tampouco em derivativos, nem em nenhum outro ativo de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, essas estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter efeito material nos valores de realização estimados.

As políticas de administração de risco da Sociedade foram estabelecidas pelos cotistas a fim de identificar e analisar os riscos enfrentados pela Sociedade, para estabelecer apropriados limites de riscos e controles e monitorar os riscos e a aderência aos limites. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Sociedade.

Classificação dos instrumentos financeiros

Em atendimento à Resolução CFC nº 1.196/09, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, CPC 39 e CPC 40, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa

São classificados como valor justo por meio do resultado. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber de clientes e outros créditos

Decorrem diretamente das operações da Sociedade, são classificados como recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e a ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Sociedade e são classificados como passivos financeiros pelo custo amortizado.

- Financiamentos e empréstimos bancários

O principal propósito desses instrumentos financeiros é gerar recursos para financiar os projetos de expansão da Sociedade e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo. As operações são classificadas como passivos financeiros pelo custo amortizado e estão contabilizadas pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes a seus valores contábeis.

- Arrendamentos mercantis

O propósito desses instrumentos financeiros é para a compra de veículos e equipamentos a serem aplicados nos projetos. As operações estão contabilizadas pelas parcelas já determinadas em contrato. Os valores de mercado desses arrendamentos são equivalentes a seus valores contábeis.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Sociedade ter perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

A Administração da Sociedade acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Sociedade pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais. Por meio de sua política de gestão de riscos, a Sociedade define limite mínimo de caixa consolidado e indicadores financeiros de gestão da dívida.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Total
Passivos financeiros não derivativos					
Arrendamentos mercantis	303	304	243	8	858

c) Risco de taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade possui contas a pagar e a receber com partes relacionadas denominadas em euros, estando exposta a riscos de taxas de câmbio, conforme detalhado a seguir:

	Conta	Em € mil	Em R\$ mil
Exposição ativa	Partes relacionadas	49	174
Exposição passiva	Partes relacionadas	(288)	(1.017)

Caso as taxas de câmbio fossem 10% maior ou menor, os resultados seriam reduzidos ou aumentados, respectivamente, em aproximadamente R\$84.

d) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade possui: contratos de *leasing* a pagar no montante de R\$538, conforme mencionado na nota explicativa nº 12, sobre os quais incidem taxas de juros prefixadas entre 1,17% e 1,82% ao mês.

e) Mensuração dos instrumentos financeiros

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Sociedade em 31 de dezembro de 2016 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercados estimados. A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

f) As aplicações financeiras da Sociedade estão expostas a riscos de mercado, uma vez que tais montantes são remunerados pelo CDI – Certificados de Depósitos Interbancários:

<u>Conta</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>	<u>Média CDI</u>	<u>Remuneração</u>	<u>Total (R\$)</u>
Aplicações financeiras	1.150	13,63%	98%	154

A Sociedade entende que os impactos em suas aplicações financeiras não seriam relevantes caso houvesse uma variação de 10% positiva ou negativa na média CDI, uma vez que a remuneração desses ativos poderia variar em R\$113, para mais ou para menos.

24. FIANÇAS CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade possuía fianças bancárias contratadas para garantia de processos judiciais no montante de R\$32.430 (R\$28.611 em 31 de dezembro de 2015).

Com exceção ao custo bancário de contratação dessas operações, não há registro das fianças na contabilidade da Sociedade.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados e seus estoques.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$2.000 (R\$4.621 em 31 de dezembro de 2015) para responsabilidade civil.

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela reunião de Diretores em 27 de fevereiro de 2018.